

FILIPÍ GARCIA

**ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA VISÃO DE SMITH E SUA EVOLUÇÃO EM
RICARDO E MILL**

**Artigo apresentado à disciplina SE362 –
Trabalho de Fim de Curso como requisito
parcial para a conclusão do Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná**

Orientadora: Prof^ª. Dayani Cris de Aquino

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

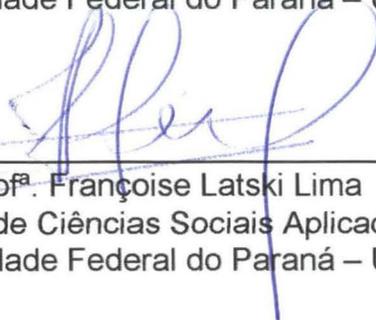
FILIPI GARCIA

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA VISÃO DE SMITH E SUA EVOLUÇÃO EM RICARDO E MILL

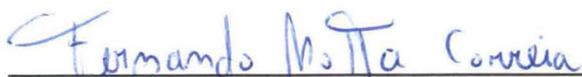
Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof^a. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof^a. Françoise Latski Lima
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof^a. Dr. Fernando Motta Corrêa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, 02 de junho de 2010.

Acumulação de capital na visão de Smith e sua evolução em Ricardo e Mill

Filipi Garcia¹

¹Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO - Este artigo tem como objetivo traçar o padrão de pensamento de Adam Smith no que se refere à acumulação de capital, estendendo a análise sobre a evolução desta idéia dentro da visão de David Ricardo e John Stuart Mill. Para tanto, o texto foi estruturado de forma a apresentar uma breve introdução sobre o método usado por cada autor, relacionando-os com o pensamento de cada autor. Posteriormente é feita uma análise da visão de Adam Smith sobre valor, conceitos a cerca do capital e finalmente a acumulação de capital, comparado com as visões de Ricardo e Mill sobre o mesmo tema. Verifica-se uma continuidade no pensamento dos três autores no que se refere ao capital e sua acumulação, ocorrendo ruptura de ideias no que diz respeito à teoria do valor. Essa constatação altera significativamente a interpretação do fenômeno de acumulação de capital de cada um dos autores

Palavras-chave: Acumulação de Capital. Lucro. Produto Anual. Renda da Terra. Teoria Clássica. Teoria do Valor

1. Introdução

A tentativa de se compreender a relação complexa entre todos os agentes de uma sociedade remonta aos mais antigos tempos da humanidade. Do ponto de vista da economia, este esforço é mais recente, remontando os fisiocratas liderados por François Quesnay. Mas foram os clássicos que representados inicialmente pelo autor Adam Smith - famoso até fora das linhas do pensamento econômico – que deram o impulso inicial relevante para a evolução do pensamento econômico.

Smith em sua obra máxima *A Riqueza das Nações* tem um objetivo que é um tanto óbvio ao se ler o título: Compreender o porquê de existirem nações ricas e nações pobres. Em que medida elas coincidem em seus mecanismos de interação econômica e em que medida diferem e quais os fatores determinantes para a prosperidade dos países.

Posteriormente David Ricardo criou a obra *Princípios da Economia Política e Tributação*, onde aprimora diversos conceitos e diverge em tantos outros, numa tentativa de convergir sua teoria à realidade da época em que vivia. Não obstante ter

reconhecidamente uma menor contribuição para o pensamento econômico, John Stuart Mill em seu *Princípios de Economia Política* também auxiliou no desenvolvimento da Economia Política trazendo a tona idéias relacionadas ao utilitarismo.

Para a compreensão de como se dá o crescimento econômico conforme tais autores, conceito fundamental a se tratar é sobre a relação do capital, fundamentalmente sua acumulação. O presente artigo visa estabelecer os principais pontos para um completo entendimento sobre como se dá o processo de acumulação de capital na visão de Adam Smith, comparando a mesma com a interpretação dada por Ricardo e Mill. Desta forma, será possível estabelecer se ocorre continuidade ou rompimento de idéias entre os autores sob análise.

Para uma melhor visualização do tema, o artigo será estruturado de forma a apresentar em sua primeira seção uma breve introdução sobre o método utilizado pelos autores em sua obra, com especial destaque ao método newtoniano atribuído a obra de Smith, o método dedutivo em Ricardo e o verificacionismo em Mill. Esta análise incluirá apenas o método aplicado no que se refere ao tema abordado no artigo, extraído de análise dos métodos em obras de Blaug (1993) e Cerqueira (2006).

Na segunda seção serão estabelecidos os principais conceitos e idéias sobre o processo de acumulação segundo Adam Smith. Primeiramente será tratada da teoria do valor do respectivo autor, sendo esta a base para o entendimento dos mecanismos de acumulação de capital. Em seguida serão apresentados os principais conceitos relacionados ao capital, bem como trabalho produtivo e improdutivo. Por fim, será apresentada a idéia do autor sobre como se dá a acumulação de capital.

A terceira seção será estruturada de forma idêntica a anterior, trazendo a teoria do valor de Ricardo e Mill, seus conceitos para as diferentes formas de capital bem como uma síntese de sua visão sobre os mecanismos de acumulação de capital. Por fim, será concluído sobre a concordância ou não dos últimos com o primeiro, de forma a estabelecer se há ruptura ou continuidade nas idéias relacionadas à acumulação de capital destes autores considerados da mesma escola de pensamento.

2. Do Arcabouço Metodológico Clássico

Dentro do estudo das ciências econômicas, a compreensão do método utilizado pelo autor em estudo auxilia no entendimento de quais formas de raciocínio permeiam seu pensamento, auxiliando na compreensão de seu pensamento. Esta seção tem como objetivo a tentativa de identificar o método utilizado pelos três autores em destaque, compreendendo a dificuldade de tal empreendimento posto que o método usado pelos clássicos não é explicitado no decorrer de suas obras. Procurou-se subsidiar a identificação dos métodos através das obras de Blaug (1993) e Cerqueira (2006) sob títulos *Metodologia da Economia ou como os economistas explicam* e *A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith* respectivamente.

Do ponto de vista do enfoque metodológico abordado, Blaug ressalta que autores como Adam Smith e David Ricardo não deixaram explícitos quais métodos usaram em suas obras. (BLAUG, 1993, p. 96)

No que se refere ao Adam Smith, é possível destacar dois elementos importantes considerando a temática extraída de *A Riqueza das Nações* e discutida no presente artigo: O método de estática comparativa usado pelo autor nos livros I e II, e o método newtoniano.

Estática comparativa é o método de análise onde se comparam dados, índices, ou quaisquer situações em lugares distintos ou tempos distintos de forma estática. É possível encontrar a estática comparativa em diversos exemplos dados por Smith ao longo da obra *A Riqueza das Nações*. Quando, por exemplo, no capítulo 3 do livro II da referida obra, compara a situação de acúmulo de capital em nações historicamente prósperas com a condição das nações pouco desenvolvidas.

No que tange ao método newtoniano, Blaug (1993, p.97) destaca a própria definição de Smith sobre o que é o método newtoniano. "Método em que colocamos certos princípios originais ou provados, no começo, a partir daí estabelecemos uma explicação para os diversos fenômenos, conectando-os com a mesma corrente". De fato, a definição de Smith está de acordo com a descrição do próprio Newton acerca de seu método, conforme informa Cerqueira:

...também na filosofia natural a investigação das coisas difíceis pelo método da análise deve sempre preceder o método da composição. Esta análise consiste em fazer experimentos e observações e tirar deles conclusões gerais por meio da indução (...) E a síntese consiste em admitir as causas

descobertas e os princípios estabelecidos e, através deles, explicar os fenômenos que deles procedem e provar as explicações. (NEWTON citado por CERQUEIRA, 2006, p.691).¹

O método da composição referido por Newton nada mais é do que o método de síntese. Ainda sobre este tema, Cerqueira (2006) traz trecho de obra de Colin Maclaurin, que resume bem como se dá o método proposto por Newton e seguido por Adam Smith:

Os métodos da análise e da síntese deveriam ser ambos empregados em uma ordem apropriada; que nós deveríamos começar com os fenômenos ou efeitos e a partir deles investigar os poderes ou causas que operam na natureza; que das causas particulares nós deveríamos passar para as mais gerais, até o final do argumento na mais geral: este é o método da análise. Uma vez estando de posse destas causas, nós deveríamos então proceder em uma ordem inversa; e delas, como princípios estabelecidos, explicar todos os fenômenos que são suas conseqüências e provar nossas explicações: e esta é a síntese. (MACLAURIN, citado por CERQUEIRA, p. 691)².

Conforme se observa, a definição de Smith para o método newtoniano não parece divergir essencialmente da versão do próprio Isaac Newton. A tentativa de Adam Smith em aplicar o método newtoniano é evidenciada no papel que é dado em sua obra, ao auto-interesse do indivíduo com suas conseqüências para as relações de troca e também a acumulação de capital. (CERQUEIRA, 2006, 690)

Por outro lado, Smith evita o uso matemático tão característico nas teorias de Isaac Newton. Constata-se que apenas alguns cálculos algébricos simples são usados na obra *A Riqueza das Nações*. Para Cerqueira (2006), isso é decorrente de certa “desconfiança” da escola escocesa quanto à aplicação matemática e um “temor” do próprio Smith quanto ao “espírito sistematizante” no que se refere à mesma matemática. (CERQUEIRA, 2006, p.694)

No que tange à metodologia usada por David Ricardo, Blaug destaca sua adesão ao chamado modelo hipotético-dedutivo, bem como sua tendência à explicar realidades econômicas complexas com modelos econômicos abstratos. (BLAUG, 1993, p.98)

¹ Newton, Isaac. [1718]. *Opticks: or, a treatise of the reflections, refractions, inflexions and colours of light*. London, W.; Innis, J. [Reprodução em fac-símile da 2ª edição com acréscimos disponível em <http://dibinst.mit.edu/BURNDY/BURNDY/Collections/Babson/OnlineNewton/Opticks.htm>; acesso em dezembro de 2004].

² Maclaurin, Colin. A general view of Sir Isaac Newton's method, and of his account of the system of the world. In: Broadie, Alexander (ed.), *The Scottish enlightenment: an anthology*. Edinburgh: Canongate, 1997 [trecho extraído de *Account of Sir Isaac Newton philosophical discoveries*, London, 1748].

O modelo hipotético-dedutivo é, segundo Blaug (1993) historicamente defendido por Popper, e preceitua que teorias científicas não são absolutas em seus resultados. Tais resultados devem ser considerados mais ou menos válidos conforme esteja mais próximo ou não da realidade que cerca os indivíduos. Também é um processo dedutivo de forma que existam certos princípios evidentes por si mesmos, e que por meio do uso da razão possibilitam a dedução de certas preposições a respeito da realidade. É possível identificar esse modelo em sua obra em diversos momentos, como quando se usa de hipóteses estabelecidas por seu antecessor Adam Smith com relação ao valor, usadas como princípios fundamentais – no estudo acerca da origem do valor das mercadorias, por exemplo – para se chegar a conclusões gerais a respeito da realidade das relações sob estudo na economia política.

Stuart Mill por sua vez, é relatado por Blaug (1993) como eminentemente verificacionista. Para se testar uma teoria, deveria aguardar seus efeitos para então argüir sobre sua validade. Em realidade, Mill defendeu veementemente a teoria ricardiana até mesmo após evidências da não corroboração dos efeitos previstos na obra *Princípios da Tributação*. (BLAUG, 1993, p.113)

Outro elemento desenvolvido por Mill que importa destaque é sua particular atenção à questão do método indutivo. Como ressalta Blaug (1993), Mill emprega tal termo algumas vezes no sentido de “lógica demonstrativa de prova causal” e outras vezes como “método não-demonstrativo” com o objetivo de “corroborar generalizações causais”. Constata-se a confusão de Mill quanto à origem de ideias e suas garantias lógicas. (BLAUG, 1993, p.108)

Como Blaug (1993) ressalta, os economistas clássicos em geral não tinham como objetivo fazer previsões dos fatos econômicos (embora o fizessem muitas vezes), mas sim elaborar suposições com o intuito de julgar a validade de determinados fenômenos. Tal verificação de validade é resumida pela assertiva de que “...as conclusões são verdadeiras como um aspecto do comportamento humano graças às suposições, as quais, por sua vez, são verdadeiras por estarem baseadas em fatos evidentes da experiência humana.” (BLAUG, 1993, p.115)

O método usado pelos economistas dito clássicos, fundamentalmente o método usado por Smith, parece ser falho pela própria ingenuidade com que se analisam as relações humanas. Embora muitas afirmações feitas por Smith, Ricardo e Mill sobre o comportamento humano sejam ao menos a primeira vista lógicas,

estender a linha de pensamento para a coletividade parece arriscado. O comportamento dos agentes econômicos como agrupamentos de agentes individuais são em sua maior parte reflexo do interesse destes agentes individuais.

É visto na prática, todavia, que as relações dentro de uma economia (em especial capitalista) são muito mais complexas e que pequenos grupos controladores de grande parcela dos fatores de produção podem “virar do avesso” o comportamento esperado pela maioria dos indivíduos. Da falha de tal método, parece decorrer a sensação muitas vezes recorrente ao se ler as obras clássicas de que há certa ingenuidade em certas hipóteses ou suposições nas teorias formuladas. Isso é percebido também dentro da análise sobre como se dá o capital numa economia, e no decorrer do presente estudo isso ficará mais claro.

Do ponto de vista da construção teórica de cada autor tendo como base os respectivos métodos, é possível destacar que tanto Smith quanto Ricardo utilizavam métodos semelhantes, posto que o método newtoniano usado pelo primeiro se utiliza de ferramentas como a observação de “princípios universais” e posterior raciocínio usando esta “base”, o que pouco difere da essência do modelo hipotético-dedutivo caracterizado como método usado por David Ricardo segundo Blaug (1993). Mill por sua vez, embora descrito como verificacionista, parece não corroborar – como se verá posteriormente – a teoria de Ricardo quanto ao valor. Por outro lado o seu raciocínio descrito como indutivo – e sua confusão quanto à definição do mesmo – pode ajudar a esclarecer sua divergência junto aos outros economistas da mesma escola de pensamento, bem como a menor importância dada a sua obra num quadro comparativo com os demais economistas considerados clássicos.

3. Processo de Acumulação do Capital Segundo Adam Smith

Para entender a ideia de Smith de como se dá a acumulação de capital, faz-se necessário introduzir os principais elementos de sua teoria sobre o valor, bem como os principais conceitos relacionados ao entendimento do que é capital.

3.1 Smith e a Teoria do Valor Trabalho

Em sua obra *A Riqueza das Nações*, Adam Smith apresenta antes mesmo da sua caracterização sobre o que é valor, uma diferença entre valor de uso e valor de troca:

É preciso observar que a palavra **valor** possui dois diferentes significados; algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto em particular, e outras, o poder de comprar outros bens, que a posse desse objeto transmite. O primeiro pode ser designado por "valor de uso"; o segundo, por valor de troca. (SMITH, 2003, p.36, grifo do autor).

O autor usa como exemplo dois bens que deixam bem claro a diferença entre valor de uso e valor de troca: A água, que possui grande valor de uso (sem ela o ser humano não sobrevive), mas pouco valor de troca; e o diamante, que possui baixíssimo valor de uso, mas alto valor de troca.

Segue-se então, a investigação deste valor de troca, ou o que chama de preço real das mercadorias. Já no início do capítulo 5 de *A Riqueza das Nações*, é revelada qual seria a verdadeira medida do valor de troca ou preço real de uma mercadoria: o trabalho.

Mais do que apenas o trabalho existente numa mercadoria, Smith defende que "... o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não pretende utiliza-la ou consumi-la, mas trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que tal mercadoria lhe permite comprar ou comandar."(SMITH, 2003, p.38)

Em seguida, o autor reforça essa tese afirmando que "O que compramos, com dinheiro ou em troca de outros bens (...) contém o valor de certa quantidade de trabalho que trocamos pelo que, no momento, se supõe conter o valor de idêntica quantidade." (SMITH, 2003, p.38 e 39)

Ainda uma terceira vez é ressaltada como se dá o valor de uma mercadoria e como se caracteriza a fortuna de determinados indivíduos:

Sua fortuna é maior ou menor precisamente em proporção à extensão desse poder, ou à quantidade de trabalho de outros homens, ou, o que é o mesmo, ao produto do trabalho de outros homens que ela lhe permite comprar ou adquirir. (SMITH, 2003, p.39).

Destaca-se a crítica de Marx (1987) em sua obra *Teorias da Mais-Valia Volume I*, obra esta dedicada à história do pensamento econômico e referência quanto a crítica que se segue, sobre a dupla definição que a aceção de Smith

sobre o valor expõe. Marx constata a confusão de se tomar como iguais *trabalho e produto do trabalho*. Esse detalhe leva Smith a concluir que a quantidade de trabalho contido numa mercadoria equivaleria à quantidade de trabalho que poderiam comprar. De fato, Marx ressalta estas duas definições distintas:

Nos capítulos seguintes, ao tratar da troca entre trabalho materializado e vivo, entre capitalista e trabalhador, Smith acentua que o valor da mercadoria não é mais determinado pela quantidade de trabalho nela inserida e sim pela quantidade diferente da anterior – de trabalho vivo alheio que pode comandar, isto é, comprar. (MARX, 1987, p.55)

Observa-se, portanto, duas definições para valor em *A Riqueza das Nações*. Partindo da sua ideia de estágio primitivo da sociedade, seguindo para uma sociedade comercial onde já ocorreu a apropriação de terras e acumulação de capital, sua visão de trabalho empregado consiste em afirmar que o trabalho empregado em uma mercadoria é a única medida de valor, sendo este trabalho a fonte primária do pagamento de todas as rendas. Salários e lucros seriam, portanto, deduções do produto do trabalho.

A concepção de valor como trabalho comandado, por sua vez, considera o trabalho empregado como um custo de produção pago na forma de salário, juntamente ao lucro e a renda fundiária. O autor parece considerar as ideias de valor como trabalho empregado e valor como trabalho comandado semelhantes. Smith usa ora uma, ora outra definição no decorrer de sua obra, embora o segundo conceito pareça ser mais empregado. Como observado nos parágrafos acima, fica clara a confusão de Smith quanto às duas definições.

Como ressaltado em Napoleoni (1988) é possível constatar ainda que a teoria smithiana de valor possui problemas quanto à tentativa de explicar a origem e mecanismos que determinam os valores do lucro, renda da terra e taxa natural de salários. Este problema reside no fato de que

Smith, pois, não consegue formular uma teoria do valor de troca capaz de satisfazer aquele requisito formal essencial que consiste em determinar os valores a partir de elementos que não dependam, eles mesmos, dos valores. Nesse sentido, a teoria do valor de Smith constitui, indubitavelmente, um fracasso; o problema da determinação dos valores relativos, de cuja solução depende a possibilidade de determinar o excedente do 'produto líquido' como um valor, permanece sem solução. (NAPOLEONI, 1988, p.61)

Do ponto de vista metodológico, o método de estática comparativa é claramente usado por Smith, por exemplo, quando traz a flutuação no preço em dinheiro do trigo em anos distintos, evidenciando que o valor real de qualquer mercadoria só pode ser medido “universalmente” pela quantidade de trabalho nela existente. (SMITH, 2003, p.46)

3.2 Definições Sobre o Capital Segundo Smith

Após dissertar a respeito de questões sobre como se dá o valor de um bem, bem como a distinção de preço real e preço nominal das mercadorias e sobre o pagamento das diferentes classes que repartem o produto de uma economia, Smith parte para a investigação sobre como se dá verdadeiramente a acumulação de capital.

Dentro da estruturação de seu raciocínio, o autor define preliminarmente o que seria o capital:

Quando possui bens em quantidade superior à necessária para se manter durante meses ou anos, procura naturalmente obter um rendimento da maior parte desses bens, reservando, para seu consumo imediato, apenas os que possam mantê-lo até começar a receber esse rendimento. (...) Denomina-se capital a parte que espera possa proporcionar-lhe esse rendimento. (SMITH, 2003, p.343).

Em outras palavras, capital é todo o bem não destinado ao chamado consumo imediato, nem aquele que provem seu rendimento mensal.

A partir desta classificação, são indicados pelo autor duas formas de aplicação para o capital: a primeira é aquela que produz benfeitorias na terra, maquinários ou quaisquer benefícios que gerem rendimento sem mudança no dono; a segunda é aquela que proporciona a criação de bens com posterior venda auferindo, assim, lucros. Em Smith (2003), aquela é chamada de capital fixo, e esta capital circulante. No livro *A Riqueza das Nações* é desenvolvido o raciocínio de que nas múltiplas atividades que se dão na economia, fatalmente existirá uma proporção maior ou menor de capital fixo e variável. Esta é uma análise das atividades individualmente.

Dentro de uma análise da sociedade como um todo, também se constata na obra uma discussão acerca da repartição do capital. Segundo Smith, toda a riqueza de um país corresponde a soma das riquezas dos indivíduos, sendo dividida em três

parcelas: uma primeira reservada ao consumo imediato, uma segunda destinada ao já mencionado capital fixo e uma terceira referente ao capital circulante. (SMITH, 2003, p.346 a 348)

Smith também traz quatro tipos de capital circulante, onde se verificam os já consagrados produto acabado, matéria-prima e demais bens que com a venda geram lucro. Destaca-se a moeda como capital circulante de características particulares. É na visão de Smith a única parcela do capital circulante que possui custos de manutenção, tornando-se ligada ao capital fixo por terem esta mesma característica. São estes dois fatores em conjunto que diferenciam o rendimento bruto e rendimento líquido de um país. (SMITH, 2003, p. 357)

Decorre desta diferenciação entre o rendimento líquido e rendimento bruto a recomendação central do autor para uma redução nas despesas com custo de manutenção do capital fixo - desde que se mantenha a produtividade do mesmo - haja vista sua conclusão de que o dinheiro contribua fundamentalmente para a circulação das mercadorias. O autor resume a idéia da melhor forma possível:

Por isso, toda economia de despesas feitas com manutenção do capital fixo, desde que não haja diminuição das forças produtivas do trabalho, deve aumentar os fundos que movimentam a atividade e por extensão, o produto anual da terra e do trabalho, ou seja, o rendimento real de qualquer sociedade. (SMITH, 2003, p. 362).

Aqui é observado mais uma vez o método de estática comparativa quando o autor constata a maior viabilidade do papel moeda em detrimento da moeda em ouro ou prata como melhor forma de circulação de dinheiro. São citados inúmeros exemplos de bancos da época e da relação destes últimos com a parcela do capital circulante chamada moeda. São exemplos que fundamentam a argumentação acima exposta pelo autor quanto aos custos de manutenção do dinheiro e sua relação com a circulação das mercadorias. (SMITH, 2003, p.363)

3.3 Acumulação de Capital em Adam Smith

Compreendendo como se dá esta classificação dos diferentes tipos de capital, Smith (2003) parte para o entendimento do como se dá efetivamente a acumulação de capital. Para tanto, acaba se tornando fundamental compreender o que o autor chama de trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

O trabalho produtivo seria aquele onde se produz um bem, e por consequência, algum nível de valor fique “preso” a mercadoria, para ser usada posteriormente. Em suma, é todo aquele trabalho que adiciona valor a um objeto. O trabalho considerado pelo autor como improdutivo é aquele que não deixa rastro de valor após sua confecção ou execução. Um exemplo do primeiro é uma mesa para sala de jantar, do segundo um serviço de entrega de uma mesa para sala de jantar. (SMITH, 2003, p.413 e 414)

Esta classificação extremamente limitativa sobre o que é trabalho produtivo acaba se tornando fundamental para do entendimento o funcionamento da acumulação de capital à medida que apenas deste tipo de trabalho resultará o produto anual de uma economia. (SMITH, 2003, p.415)

A relação se dá de forma que considerando a retirada de uma parcela da produção anual da terra ou em decorrência de trabalho produtivo, quanto maior a parcela destinada à reposição do capital em detrimento do pagamento de lucros ou renda, maior é a proporção de trabalhadores produtivos na economia e conseqüentemente maior é a produção anual e mais rica é a nação. (SMITH, 2003, p. 418)

A acumulação se daria pela propensão dos capitalistas de pouparem seus rendimentos (na forma de lucro, por exemplo) de forma a reporem o capital. Essa propensão maior ou menor de poupar levará a um acúmulo ou decréscimo de capital que estará intimamente ligado a prosperidade da economia. Lamentavelmente, esta propensão é revelada pelo autor como uma função psicológica da maior ou menor propensão ao gasto do conjunto dos indivíduos capitalistas na uma nação. Nada melhor que o próprio autor para demonstrar a abstração do raciocínio:

Quanto a prodigalidade, o princípio que inclina ao gasto é a paixão do gozo presente, paixão que, embora algumas vezes violenta e difícil de dominar, em geral é apenas momentânea e ocasional. Por outro lado, o princípio que inclina a poupar é o desejo de melhorar a nossa condição, um desejo que, embora comumente calmo e desapaixonado, nos acompanha desde o nascimento e nunca nos abandonará até o túmulo. (SMITH, 2003, p.427 e 428).

Para Adam Smith, quanto maior a frugalidade, ou seja, a capacidade dos indivíduos de empreender de forma a aumentar a produtividade, poupando e repondo o capital dado uma quantidade constante de trabalho produtivo (e esta é a tendência), maior é a prosperidade de uma economia. O raciocínio inverso também

é válido, quanto mais negligente são os indivíduos e quanto pior é a administração pública, menor é a tendência de acúmulo, e mesmo ocorre o decréscimo na quantidade de capital, levando à economia para estágios de baixa produção anual. O autor constata de forma otimista que historicamente, a frugalidade ou disposição para o empreendimento produtivo tende a superar a prodigalidade e a irresponsabilidade do setor público. (SMITH, 2003, p. 429)

É possível observar nestas assertivas quanto à acumulação de capital o método newtoniano posto em prática. Inicialmente Smith investigou a natureza humana com base na observação de seu comportamento. Só em posse destes dados é que - usando-os como base - constrói sua argumentação sobre os fenômenos econômicos. Isso fica claro já na conclusão sobre como se dá o mecanismo de acumulação, atribuindo a características humanas como “frugalidade” e “negligência” uma enorme importância.

Também é possível constatar a importância da teoria do valor de Smith como a base para sua concepção de acumulação de capital. De fato, a confusão do autor ao empregar duas definições para valor parece tornar mais frágil sua construção teórica a respeito da acumulação. Embora esta dúbia definição não interfira substancialmente nas definições para os diversos tipos de capital constantes em sua obra, fica patente que sendo o lucro um pagamento sobre o emprego do capital e que, conforme a definição empregada pelo autor esse lucro pode ser considerado uma dedução do produto do trabalho ou como custo de produção lado a lado com salários e renda da terra, a análise da acumulação do capital muda de prisma. A capacidade do capitalista em poupar - fator primordial para a acumulação - poderia ser interpretada tanto como a retenção de sua própria parcela de rendimentos da atividade produtiva (trabalho comandado) quanto como apropriação de uma maior ou menor parcela do produto do trabalho resultante de uma determinada atividade produtiva (trabalho empregado).

4. Visão de Ricardo e Mill Sobre o Capital

Esta seção será apresentada de forma análoga àquela que trata sobre Adam Smith. Inicialmente será exposto a teoria do valor dos respectivos autores, seguindo com os principais conceitos relacionados ao capital e por fim a visão sobre como se dá a acumulação de capital do ponto de vista de David Ricardo e Stuart Mill.

4.1 Teoria do Valor Trabalho Segundo Ricardo e Mill

David Ricardo já no primeiro capítulo de sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* trata diretamente da questão do valor das mercadorias. Primeiramente, retoma conceitos trabalhados anteriormente por Adam Smith, tecendo afirmações quanto à utilidade, escassez e quantidade de trabalho necessário das mercadorias. Para Ricardo, a utilidade de um bem não é medida para o seu valor de troca, embora seja importante sua existência. O valor de troca de um bem estaria relacionado aos níveis de escassez e quantidade de trabalho necessário para adquiri-los. No que tange a primeira, o autor constata que situações onde apenas a quantidade limitada de um determinado bem revela o seu valor são pouco comuns. *Determina o autor, então, que ao se referir ao valor de troca das mercadorias está considerando aquelas que podem ser aumentadas em quantidade pelo esforço humano, não considerando, portanto, o obstáculo da escassez.* (RICARDO, 1996, p.23 e 24)

Posteriormente, Ricardo traz a análise da dupla classificação smithiana para valor. Constata que inicialmente o autor emprega a ideia – para ele correta – de que o valor maior ou menor de um bem está ligado diretamente à quantidade de trabalho empregado na confecção do mesmo. Posteriormente, todavia, Smith se usaria de “medidas-padrão”, tais como *trigo ou o trabalho sendo este ligado a capacidade de comprar maior ou menor quantidade de mercadorias.* (RICARDO, 1996, p.25)

De fato, sob este assunto Ricardo faz duras críticas ao seu antecessor, mostrando claramente as contradições quanto a variabilidade de certos padrões para troca:

Se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais (...) mas não são iguais. A primeira é, sob muitas circunstâncias, um padrão, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações nas demais coisas. A segunda é sujeita a tantas flutuações quanto as mercadorias que a ela sejam comparadas. Adam Smith, após haver mostrado habilmente a insuficiência de um meio variável, como o ouro e a prata, para a determinação do valor variável das outras coisas, acabou escolhendo uma medida não menos variável, ao eleger o trigo ou o trabalho. (RICARDO, 1996 p.25).

Como se depreende do acima exposto, Ricardo de fato assume que o valor de uma mercadoria só pode ser determinado por um padrão invariável, e este seria o trabalho empregado em sua obtenção. Mais do que isso, o autor defende a tese – também trabalhada em Smith – de que o valor relativo de uma mercadoria é determinado pela “quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá”. (RICARDO, 2006, p.27)

Ricardo também considera posteriormente o uso de maquinário e outros capitais fixos como determinantes na mudança do valor relativo das mercadorias. Mais especificamente, o autor constata que o valor relativo das mercadorias tende a variar conforme a distribuição da atividade produtiva entre capital fixo e capital circulante. Quanto maior a quantidade de capital fixo, maior tende a ser o valor relativo daquela mercadoria em comparação a outro com menor capital fixo empregado. Concebe-se na visão de Ricardo, a interferência na relação entre capital e trabalho na determinação do valor relativo de uma mercadoria. (RICARDO, 1996, p.40)

Ricardo afirma ainda que a alteração no valor das mercadorias considerando uma variação nos salários será diferente conforme a maior ou menor durabilidade do capital fixo empregado na atividade. Segundo o autor, a parcela de trabalho “continuamente transferida” ao produto é tanto maior quanto mais durável seja o capital empregado. Para ele “todo aumento de salários (...) reduzirá o valor relativo das mercadorias produzidas com capital de natureza durável, e elevará proporcionalmente o valor relativo das produzidas com capital mais perecível.” (RICARDO, 1996, p.41)

John Stuart Mill, por sua vez, em sua obra *Princípios da Economia Política* volume 2, livro terceiro dedica todo o seu primeiro capítulo para a questão do valor. Inicialmente Mill considera que na Economia Política, ao referir-se ao valor de uma mercadoria, está sempre se referindo ao valor de troca da mesma. Também diferencia valor e preço, posto que na obra de Ricardo esta diferenciação não fica clara. O preço de uma mercadoria seria o valor da mesma em dinheiro e valor de uma mercadoria o seu poder de compra. (MILL, 1996b, p.9)

Observa-se em seguida que Mill parte da visão ricardiana de valor e inclui elementos de concorrência (oferta e demanda) e estrutura de custos de produção. No que tange a primeira, o valor estaria intimamente ligado à demanda e conseqüentemente à utilidade da mercadoria. (MILL, 1996b, p.22) Referente à

segunda, Mill considera como custos o trabalho sendo ele direto ou indireto e o lucro. São estes fatores segundo Mill que compõem o valor de troca de uma mercadoria. (Mill, 1996b, p.27)

4.2 Definições Sobre o Capital Segundo Ricardo e Mill

Dentro da análise estabelecida por David Ricardo, fortemente influenciado pela conjuntura social em que vivia, parece se estabelecer uma concordância com Smith quanto à subdivisão do capital em fixo e circulante. Para Ricardo o capital fixo e circulante se diferenciam pela “rapidez com que pereça, e a freqüência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome”. (RICARDO, 1996, p.36).

Mesmo quanto à divisão das classes que recebem pelo rendimento do trabalho produtivo, ambos parecem possuir pensamento semelhante. Discordava, entretanto, quanto ao mecanismo de pagamento entre estas classes e, portanto, sobre o recebimento de lucros ao capital e sua acumulação. Ricardo mesmo observa com restrições a redução no nível de lucros com objetivo de acumular capital: “No entanto, não pode haver acumulação de capital enquanto este não proporcionar algum lucro, se não proporcionar além do aumento do produto, também um acréscimo de valor.” (RICARDO, 1996, p.89)

Ao tratar da visão de Stuart Mill quanto ao capital, percebe-se antes de tudo uma diferenciação de forma, que não se diferencia substancialmente quanto ao conteúdo, quanto aos conceitos relacionados ao capital, Mill acredita que o capital é tudo aquilo destinado a assegurar os “pré-requisitos” destinados ao trabalho produtivo. É a parte de dos bens destinada a garantir a produção futura. (MILL, 1986a, p.69 e 70).

De uma forma didática, Mill (1986a) destina um capítulo inteiro para explicar o que chama de “preposições fundamentais sobre o capital”. Nada mais são que características mais ou menos consagradas a respeito do capital. São afirmações de que “o trabalho é limitado pelo capital”, “capital resulta de economias”, “todo o capital poupado é consumido” e “o que mantém mão-de-obra empregada é o capital gasto para pô-la para trabalhar”. (MILL, 1986a, p.77-96) Não cabe aqui uma detalhada explicação sobre cada uma destas características, dado sua fuga do objetivo central do artigo.

Mesmo quanto à conceituação de capital fixo e capital circulante, Mill (1986a) define o primeiro como os bens que conservam sua função (não são vendidos) após a utilização e o segundo aqueles bens que esgotam sua função após a primeira utilização no meio produtivo. Observa-se que sua conceituação é mais genérica que a de Smith. (MILL, 1986a, p. 97 e 98)

Mill (1986a) chama a atenção para o fato (não abordado por Smith) de que na única utilização de um determinado capital circulante é necessário que o seu produto resultante seja o suficiente para pagar o próprio capital circulante utilizado e também cobrir a margem de lucro do proprietário do capital. Isso não ocorre com relação ao capital fixo. (MILL, 1986a, p.99)

4.3 Acumulação de Capital em Ricardo e Mill

Ricardo trata da acumulação levando em consideração um fator não considerado por Smith qual seja a escassez de terra de um país (fator central sob análise em toda a sua obra). Para ele, a acumulação de capital gerada por um país por si só não determina o grau de aumento no seu produto nacional, mas sim a quantidade de terras de boa qualidade para cultivo. Nada melhor que o próprio autor para explicar com detalhes:

Por mais extenso que seja um país, se suas terras forem de baixa fertilidade e se a importação de alimentos for proibida, a menor acumulação de capital será acompanhada de grandes reduções na taxa de lucros e de um rápido aumento da renda. Inversamente, num país pequeno, porém fértil, especialmente se a importação de alimentos for livre, poderá ser acumulado um grande estoque de capital sem nenhuma redução elevada na taxa de lucros nem grande aumento na renda da terra. (RICARDO, 1996, p.91).

Parece clara a crítica de Ricardo a idéia que Smith quanto às influências que uma acumulação de capital gera na redistribuição do pagamento dos fatores de produção. Por quanto o segundo acredite numa conseqüente redução dos lucros e aumento dos salários, o primeiro mais uma vez recorre à questão das terras mais ou menos produtivas, atribuindo fundamental importância à maior ou menor dificuldade de se obter alimento. (RICARDO, 1996, p.209)

Ricardo (1996) afirma que enquanto houver altos níveis de lucro sobre o capital, existirá uma forte tendência ao acúmulo de capital. Este só deixará de acontecer quando o aumento no nível de bens de primeira necessidade eleve os

salários de forma a inibir esse nível de lucros. Tem-se então a tríade de fatores que representa a visão ricardiana sobre a acumulação de capital: nível de salários, nível de lucros e dificuldade na obtenção alimentos.

Segue uma última extração da obra *Princípios de Economia Política e Tributação* que resume toda a idéia de Ricardo (1996) sobre um país limitado pela quantidade e qualidade da terra existente em seu território:

Não existem limites para a demanda ou para o emprego de capital, enquanto este proporcionar lucros, e que, por mais abundante que o capital se torne, não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários. E poderemos acrescentar ainda que a única causa real e permanente da elevação dos salários é a crescente dificuldade na obtenção de alimentos e de gêneros de primeira necessidade para um número crescente de trabalhadores. (RICARDO, 1996, p.214).

Dentro da explicação sobre a acumulação de capital, Mill (1986a) parece seguir na mesma direção de Smith. Para ele "... o aumento do capital depende necessariamente de duas coisas: o montante do fundo do qual se pode fazer a poupança e a força das disposições humanas que levam a poupar" (MILL, 1986a, p.151)

Mill (1986a) parece ir mais além que Smith (2003) na explicação sobre quais são as "forças das disposições humanas que levam a poupar". Para Mill

O desejo natural de acumular tem força desigual, não somente de acordo com as variedades de caráter individual, mas também de acordo com o estado geral da sociedade e da civilização. Como todos os outros atributos morais, esse desejo é um daqueles no qual a espécie humana apresenta grandes diferenças, conforme a diversidade de suas circunstâncias e o estágio de seu progresso. (MILL, 1986, p. 152).

Não obstante o menor prestígio de Mill (1986a) dentro dos ditos "famosos economistas clássicos", parece claro que no tema capital ele consegue encontrar um maior equilíbrio nas definições, que se não podem ser consideradas "definitivas", são esclarecedoras sob o aspecto didático.

Do ponto de vista da relação entre a teoria do valor e a acumulação de capital em Ricardo, não se encontra a dupla interpretação existente na obra smithiana. A partir do momento que Ricardo claramente define o valor de uma mercadoria como o trabalho nela empregado, fica claro que sendo os salários e principalmente os lucros apenas uma dedução do produto do trabalho, a acumulação se dá pelas diferentes proporções de salários e lucros resultantes da

apropriação do trabalho empregado na atividade, bem como a dificuldade na obtenção de alimentos diretamente relacionada à qualidade das terras disponíveis.

John Stuart Mill, por sua vez, também evita o problema da indefinição de conceitos de Smith ao optar pela visão de valor em que o trabalho é um custo de produção. Embora sua idéia de acumulação seja mais próxima da versão de Smith que Ricardo, sua visão de valor como trabalho comandado fornece uma interpretação clara, qual seja o lucro poupado pelo capitalista decorrente de sua maior disposição em fazê-lo é originado de uma parcela dos rendimentos pagos como custos de produção da atividade determinada.

5. Conclusão

O presente artigo teve como objetivo analisar e comparar a visão dos clássicos quanto ao processo de acumulação de capital. Para tanto, utilizou-se como enfoque central a visão de Adam Smith sobre o assunto e comparou seu pensamento com a visão de David Ricardo e John Stuart Mill. Também foi apresentada uma síntese de algumas características da metodologia de cada um dos autores clássicos apresentados, relacionando-as com suas respectivas teorias.

A visão de Adam Smith sobre as relações econômicas descrita em *A Riqueza das Nações* influenciou de forma direta ou indireta todos os autores da economia política posteriores. Na questão do capital em particular, foi possível constatar a coerência de Smith dentro de sua linha de raciocínio quanto à divisão das classes e quanto ao pagamento pelos fatores de produção, e também sua forte influência nas idéias de Ricardo e Mill sobre o que é capital e quais exemplos se teriam em um sistema produtivo. Esta coincidência de ideias também pode ser explicada pelo pioneirismo de Smith no âmbito da Economia política conjuntamente à proximidade temporal entre as obras dos três autores: a proximidade de alguns pensamentos são decorrentes da própria falta de outros autores aos quais Ricardo e Mill pudessem analisar.

Embora Smith construa uma obra consistente em seu desenvolvimento, onde os capítulos sobre o capital são apenas uma parte, parece falhar na tentativa de explicar muito dos fenômenos da realidade econômica por meio dos atributos psicológicos (que devem ou deveriam ser) inerentes a todos os indivíduos. Em certos trechos, o autor parece falhar em sua tentativa de colocar como função da

acumulação de capital a propensão dos indivíduos a poupar ou gastar, sendo que um indivíduo não poupa pelo fato de ser imprevidente. O autor aparentemente não percebe variáveis fundamentais como a questão de o próprio nível de renda de uma economia determinar a capacidade de sobrar alguma renda após o consumo de bens de primeira necessidade para que então se poupe.

Ricardo por sua vez, tem pensamento semelhante a Smith em diversos conceitos, mas discordando sempre que a questão do papel da renda da terra está em pauta. Isso fica claro também quanto à temática abordada no artigo, onde Ricardo adiciona a variável “dificuldade na obtenção de alimento” ao contexto do crescimento do capital. Reflexo do tempo em que viveu e a dificuldade quanto a pouca extensão de terra na Inglaterra no comparativo a outras nações, o autor defendia a abertura da economia para a importação de produtos agrícolas. Com o passar do tempo, observou-se que sua defesa quanto à escassez de terra embora menos radical que de seu colega Thomas Malthus, acabou se revelando exagerada.

Stuart Mill, por sua vez, embora se use de definições diversas das de Smith para caracterizar o capital chegando às mesmas conclusões, não trata apenas de atributos psicológicos para explicar a questão da poupança. Para ele, os elementos sociais e particularmente a condição do progresso de uma economia são fatores importantes a serem considerados. Parece uma versão mais realista da visão smithiana para os fatores que levam a acumulação de capital sem a clara crítica ricardiana quanto à escassez de alimento gerada pela pouca qualidade da terra.

Não obstante os fatores acima relacionados, um elemento de fundamental importância encontra discordância entre os três autores: a teoria do valor. Por quanto Smith possuía duas visões (trabalho empregado e trabalho comandado) conflitantes quanto à origem do valor de um bem, Ricardo opta pela ideia de trabalho empregado e Mill pela visão de trabalho o como um custo de produção. Embora estas visões divergentes não alterem na forma o pensamento sobre a acumulação de capital, é inegável o impacto quanto ao fundo dos respectivos raciocínios. Isso se dá justamente pelo fato de conforme a ideia de valor, a concepção do lucro vindo do capital toma origem distinta, alterando substancialmente a visão sobre as relações entre as classes de uma economia, bem como seus conflitos de interesses.

Segue-se, portanto, que a visão de Ricardo e Mill parecem ter dado continuidade a ideia de Smith no que se refere às diferentes formas de capital, bem como sobre os mecanismos de acumulação, havendo pequenas divergências que

não alteram a idéia central de que a acumulação tem como fator primordial a capacidade de poupar do capitalista. É evidente, porém, no que se refere à teoria do valor, que ocorre ruptura do pensamento de Smith posto que este possui uma posição dúbia sobre o assunto. Assim, Ricardo rompe com a ideia que parece ser mais forte em Smith de trabalho comandado, afirmando claramente que o valor de uma bem é originado no trabalho nela empregado. Mill por sua vez, rompe com Ricardo trazendo à tona a visão de valor como trabalho comandado, sendo o trabalho, portanto, nada mais que um custo de fator juntamente com o lucro do capital e a renda da terra.

Não obstante as críticas acima mencionadas, tais autores possuem valor inquestionável tanto do ponto de vista histórico quanto de suas contribuições para o pensamento econômico. Adam Smith foi o pioneiro, grande precursor da economia política e primeiro autor de destaque no que tange à tentativa de explicar o funcionamento do capital dentro da economia. Se David Ricardo não dá grande destaque ao elemento capital, parece evidente seu aperfeiçoamento da teoria de Smith influenciando autores com grande contribuição futura às Ciências Econômicas, como Karl Marx. John Stuart Mill pode ser considerado o menos influente dos três, mas possui importante papel na tentativa de justificar a visão de Ricardo sobre a questão da terra e, por conseqüência, sua influência sobre o capital.

REFERÊNCIAS

BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia ou como os economistas explicam.** Coleção Biblioteca Edusp de Economia. São Paulo: Edusp, 1993.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith.** *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 667-697, Outubro-Dezembro 2006.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia – Volume I. História Crítica do Pensamento Econômico.** 2ª Edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MILL, John Stuart. **Princípios da Economia Política Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social – Volume I.** Coleção Os Economistas, 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

MILL, John Stuart. **Princípios da Economia Política Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social – Volume II.** Coleção Os Economistas, 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações - Volume I**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.